

ACHADOS DE AUDITORIA

Nº	ACHADO	RECOMENDAÇÕES
AC01	No ato normativo que disciplina os procedimentos de solicitação de empenho não consta a exigência de que esses procedimentos sejam feitos por meio de processos digitais.	Criar ato normativo que discipline os procedimentos de solicitação de empenho a fim de incluir a exigência de que esses procedimentos sejam feitos por meio de processos digitais, bem como iniciar estudos preliminares para a digitalização dos processos internos do município.
AC02	Os processos de despesa finalizados analisados não são processos digitais.	
AC03	O município não possui ato normativo que discrimine a documentação necessária para os procedimentos de solicitação de empenho de despesas.	Realizar levantamento de quais são os documentos necessários para o empenhamento dos diferentes tipos de despesa.
		Após o levantamento, publicar ato normativo (ou realizar a atualização de ato normativo já existente) que discrimine a documentação necessária para os procedimentos de solicitação de empenho de despesas.
AC04	O ato normativo que regulamenta o procedimento de empenhamento da despesa não define os responsáveis por cada etapa.	Realizar mapeamento dos procedimentos administrativos que estão relacionados ao empenhamento da despesa.
		Caso sejam identificadas etapas do processo que podem ser aprimoradas, de forma a se alcançar maior eficiência, eficácia ou redução dos riscos de inconformidade, elaborar um novo desenho para os procedimentos.
		Publicar ato normativo definindo os responsáveis por cada etapa dos procedimentos que estão relacionados ao empenhamento das despesas.
AC05	O ato normativo que regulamenta o procedimento de empenhamento da despesa não possui diagrama (fluxograma) com a indicação do passo a passo para empenho da despesa	Realizar mapeamento dos procedimentos administrativos que estão relacionados ao empenhamento da despesa.
		Publicar ato normativo definindo (ou realizar a atualização de ato normativo já existente) o passo a passo para o empenho da despesa.
AC06	O Município não realiza empenhos globais relativos ao valor total que será gasto no ano para as despesas contratuais ou outras despesas de valor determinado sujeitas a parcelamento.	No início de cada exercício financeiro, realizar levantamento de todos os contratos vigentes e despesas de valor determinado sujeitas a parcelamento.
		Realizar um empenho global para cada contrato ou despesa de valor determinado sujeitas a parcelamento no montante relativo ao exercício financeiro vigente.
		No momento da assinatura de novo contrato durante o exercício financeiro, realizar o empenho global para o montante relativo ao exercício financeiro vigente
AC07	O Município não realiza empenhos por estimativa relativos ao valor total que será gasto no ano para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente.	No início de cada exercício financeiro, realizar levantamento de todas as despesas cujo montante não se possa determinar previamente.
		Realizar um empenho estimativo para cada despesa cujo montante não se pode determinar previamente relativo ao exercício financeiro vigente.

AC08	No ato normativo que disciplina os procedimentos de liquidação da despesa não consta a exigência de que esses procedimentos sejam feitos por meio de processos digitais.	Criar ato normativo que disciplina os procedimentos de liquidação da despesa a fim de incluir a exigência de que esses procedimentos sejam feitos por meio de processos digitais, bem como iniciar estudos preliminares para a digitalização dos processos internos do município.
AC09	O ato normativo que regulamenta o procedimento de liquidação da despesa não prevê a documentação necessária de todos os tipos de despesas (prestações de serviços, aquisições de bens, obras e serviços de engenharia etc.).	Designar servidor(es) para realizar levantamento de quais são os documentos necessários para a liquidação dos diferentes tipos de despesa.
		Após o levantamento, publicar ato normativo (ou realizar a atualização de ato normativo já existente) que discrimine a documentação necessária para os procedimentos de liquidação de despesas.
AC10	O ato normativo que regulamenta o procedimento de liquidação da despesa não define os responsáveis por cada etapa do processo.	Realizar mapeamento dos procedimentos administrativos que estão relacionados à liquidação da despesa.
		Caso sejam identificadas etapas do processo que podem ser aprimoradas, de forma a se alcançar maior eficiência, eficácia ou redução dos riscos de inconformidade, elaborar um novo desenho para os procedimentos.
		Publicar ato normativo definindo os responsáveis por cada etapa dos procedimentos que estão relacionados à liquidação da despesa.
AC11	O ato normativo que regulamenta o procedimento de liquidação da despesa não possui diagrama(s) (fluxograma) com a indicação do passo a passo para a liquidação da despesa.	Realizar mapeamento dos procedimentos administrativos que estão relacionados à liquidação da despesa.
		Publicar ato normativo definindo (ou realizar a atualização de ato normativo já existente) o passo a passo para a liquidação da despesa.
AC12	O Município não possui diagrama(s) (fluxograma), aprovado(s) por normativa(s) local(is), dos processos de trabalho de liquidação de despesas de adiantamentos e diárias.	Realizar mapeamento dos procedimentos administrativos que estão relacionados à liquidação das despesas de adiantamentos e diárias.
		Publicar ato normativo definindo (ou realizar a atualização de ato normativo já existente) o passo a passo para a liquidação das despesas de adiantamentos e diárias.
AC13	O ato normativo que regulamenta o pagamento das despesas não define a documentação necessária para todos os tipos de despesas (prestações de serviços, aquisições de bens, obras e serviços de engenharia etc.).	Realizar levantamento de quais são os documentos necessários para o pagamento dos diferentes tipos de despesa (prestações de serviços, aquisições de bens, obras e serviços de engenharia etc.).
		Após o levantamento, publicar ato normativo que discrimine a documentação necessária para o pagamento dos diferentes tipos de despesa
AC14	O ato normativo que regulamenta o pagamento das despesas não prevê que, previamente à emissão de ordens de pagamentos, o setor de contabilidade faça a conferência dos documentos que atestam o recebimento do bem ou da prestação de serviços, bem como, no caso de despesas contratuais, dos demais documentos previstos no instrumento.	Publicar ato normativo que estabeleça que as ordens de pagamento sejam emitidas após o setor de contabilidade conferir os documentos que atestam o recebimento do bem ou da prestação de serviços, bem como, no caso de despesas contratuais, dos demais documentos previstos no instrumento.
AC15	O ato normativo que regulamenta o pagamento das despesas não prevê prazo máximo para o pagamento de despesas já liquidadas.	Publicar ato normativo que regulamente o prazo máximo para o pagamento de despesas já liquidadas.

AC16	O ato normativo que regulamenta o procedimento de pagamento da despesa não define os responsáveis por cada etapa do processo.	Realizar mapeamento dos procedimentos administrativos que estão relacionados ao pagamento da despesa.
		Caso sejam identificadas etapas do processo que podem ser aprimoradas, de forma a se alcançar maior eficiência, eficácia ou redução dos riscos de inconformidade, elaborar um novo desenho para os procedimentos.
		Publicar ato normativo definindo os responsáveis por cada etapa dos procedimentos que estão relacionados ao pagamento da despesa.
AC17	O ato normativo que regulamenta o procedimento de pagamento da despesa não possui diagrama(s) (fluxograma).	Realizar mapeamento dos procedimentos administrativos que estão relacionados à liquidação da despesa.
		Publicar ato normativo definindo o passo a passo para a liquidação da despesa.
AC18	O Município não possui ato normativo que regulamente a ordem cronológica de pagamento das exigibilidades.	Publicar ato normativo que regulamente a ordem cronológica de pagamento das exigibilidades.
AC19	A programação de pagamentos do período não está de acordo com o que foi estabelecido no ato normativo	Elaborar e publicar programação de pagamentos do período nos termos do ato normativo que a regulamenta.